

Brasília-DF, 18 de março de 2026

Soberania sob ataque: a democracia brasileira em alerta máximo

CNTI denuncia ameaças externas e internas que colocam o Brasil em risco e reforça a necessidade de fortalecer a soberania nacional, a democracia e as instituições brasileiras para este enfrentamento



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (**CNTI**) lança alerta urgente: a soberania brasileira enfrenta **ataques simultâneos em múltiplas frentes** — da guerra no Oriente Médio à articulação internacional da extrema direita — que exigem resposta imediata da sociedade.

O petróleo como arma

A guerra envolvendo o Irã já elevou o preço do barril em até 13% em março. Para o Brasil, o problema se agrava com a privatização da BR Distribuidora (hoje Vibra Energia), que retirou do Estado ferramentas de controle sobre preços de combustíveis. A Vibra lucrou R\$ 679 milhões em 2024, com margens crescentes a cada trimestre, enquanto o consumidor brasileiro paga acréscimo de 40% na bomba ([saiba mais](#)).

Ameaça à Venezuela, alerta para o Brasil

O governo Trump classificou a Venezuela como "estado terrorista" em março de 2025 e impôs bloqueio naval total, culminando na captura do presidente **Nicolas Maduro**. Sob o pretexto de combate ao "terrorismo internacional" e narcotráfico — *acusações que especialistas questionam por falta de respaldo legal internacional* — um presidente foi capturado simplesmente por contrariar interesses econômicos e políticos de Washington ([saiba mais](#)). "Esta operação deve servir como aviso a qualquer um que ameace a soberania americana", declarou Trump.

Juros que matam

O Brasil mantém a segunda maior taxa de juros reais do mundo (9,74% ao ano), atrás apenas da Turquia. Enquanto bancos como Bradesco, Santander e Itaú lucram R\$ 22,1 bilhões em três meses, a indústria brasileira sufoca ([saiba mais](#)).

O escândalo do banco Master: democracia à venda

A Operação Compliance Zero revelou rede de influência que liga o banqueiro **Daniel Vercaro** a cúpulas do Centrão e da extrema direita bolsonarista. **Ciro Nogueira** (Progressistas) e **Antônio Rueda** (União Brasil) — *que usaram helicóptero de luxo do banqueiro para assistir Fórmula 1 em São Paulo* — agiram como "interlocutores" junto ao BRB. A pergunta que não quer calar: quem autorizou que um desconhecido controlasse um banco público que movimentava bilhões?

A rede global da extrema direita

Eventos como o CPAC Brasil 2024 reuniram Javier Milei e eurodeputados para construir "rede global de conservadores". O objetivo: enfraquecer instituições democráticas que resistem a decisões autoritárias. O [Brasil Office](#) documentou a constante assédio à democracia e a resposta da Justiça em 2024.

Brasília-DF, 18 de março de 2026

O caminho da resistência democrática

A articulação internacional da extrema direita, a captura de instituições por interesses privados e a pressão externa por recursos estratégicos compõem um quadro que exige resposta coordenada da sociedade brasileira. A CNTI reafirma seu compromisso com:

- **A defesa da soberania energética**, com a reversão da lógica privatizante que fragilizou a capacidade estatal de intervenção nos preços de combustíveis;
- **A resistência a pretextos intervencionistas**, que usam rotulações como "terrorismo" para justificar ações unilaterais contra países soberanos;
- **O combate à especulação financeira**, com a exigência de redução dos juros reais e fim da autonomia desresponsabilizada do Banco Central;
- **A transparência e o fortalecimento institucional**, com aprofundamento das investigações sobre o escândalo Master e seus desdobramentos políticos;
- **A solidariedade internacional democrática**, articulando-se com trabalhadores e movimentos sociais de outros países para resistir à ofensiva conservadora global.

A resposta da CNTI

"A soberania nacional não é negociável. Precisamos recuperar ferramentas de intervenção estratégica na economia, especialmente no petróleo, para proteger o povo da voracidade especulativa", afirma **José Reginaldo Inácio**, presidente da CNTI.

Sob o governo Lula, o Brasil criou 4,85 milhões de empregos formais desde 2023, com salário médio real de R\$ 2.304 ([saiba mais](#)). Mas essas conquistas permanecem fragilizadas enquanto os juros estratosféricos persistirem.

"A democracia é conquista diária. As instituições que garantem equilíbrio entre poderes são alvos sistemáticos de quem prefere a obscuridade aos processos transparentes. A CNTI se soma às forças que entendem: o futuro passa pelo fortalecimento, não pelo enfraquecimento, dessas instituições", conclui o presidente da CNTI.

A soberania e a democracia brasileiras não serão negociadas!

Assessoria de Comunicação da CNTI

Comissão debate escala 6X1 com representante do Ministério da Fazenda

José Fernando Ogura/AEN



Audiência vai debater redução da escala e impactos sobre a economia

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta quarta-feira (18) para debater a [Proposta de Emenda à Constituição \(PEC\) 221/19](#), que trata da escala 6x1 e da redução da jornada de trabalho. O debate será realizado às 14 horas, no plenário 1.

Participa do debate a subsecretária de Política Fiscal do Ministério da Fazenda, Débora Freire. A audiência atende a pedido do deputado Paulo Azi (União-BR), relator da PEC na CCJ.

Fonte: Agência Câmara

Centrais e estudantes protestam contra juros altos em São Paulo



A Nova Central Sindical de Trabalhadores de São Paulo (NCST-SP) participou, nesta terça-feira (17), de uma manifestação realizada na Avenida Paulista, em frente ao Banco Central do Brasil, em protesto contra a atual política de juros elevados no país.

O ato, organizado pelas centrais sindicais, reuniu trabalhadores, diversas lideranças e também contou

Brasília-DF, 18 de março de 2026

com a participação de representantes da UNE (União Nacional dos Estudantes), em defesa de uma economia mais justa, com crescimento, geração de empregos e melhores condições de vida para a população.



Durante a mobilização, o presidente da NCST-SP, Nilton Francisco de Souza (Porreta), destacou que a manutenção da taxa de juros em níveis elevados prejudica o desenvolvimento econômico do país e impacta diretamente a vida da classe trabalhadora, encarecendo o crédito e dificultando o consumo e os investimentos.



O diretor da Nova Central-SP, Luiz Gonçalves (Luizinho), também criticou a política de juros. Segundo ele, as taxas elevadas prejudicam a indústria nacional e dificultam a produção. "É um absurdo manter essa taxa", afirmou.

O protesto ocorreu um dia antes da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que decidirá a nova taxa básica de juros, atualmente em 15%.

A presidente da Nova Central, Sônia Zerino, também reforçou a posição da entidade e elogiou a atuação da NCST-SP na mobilização. "A participação da NCST-SP demonstra o compromisso e a força da nossa organização na defesa dos trabalhadores. Não é possível construir um país mais equilibrado com juros tão elevados. É preciso garantir condições para o crescimento, geração de empregos e valorização do trabalho", afirmou, destacando ainda que a entidade

segue firme na luta por políticas econômicas que promovam o desenvolvimento com justiça social.



Fonte: NCST

Marinho diz que atualização da NR-1 entra em vigor em maio sem novo adiamento

O ministro ainda adiantou que o MTE editou um novo manual com orientações mais específicas que será publicado em breve

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho diz que a entrada em vigor da atualização da NR-1, a norma regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre saúde e segurança no trabalho, não será mais adiada "sem um cronograma de trabalho para as empresas apresentarem relatórios sobre os riscos e as necessidades dos setores". A nova redação inclui as obrigações das empresas quanto aos riscos psicossociais dos trabalhadores.

A atualização da norma deve entrar em vigor em 26 de maio, depois de um adiamento de um ano. "Me pediram no ano passado um adiamento e dei um trabalho para o setor empresarial, de conversarem e trazerem uma análise dos riscos. A empresa que tem que fazer seu diagnóstico. Eu ainda estou aguardando", afirmou o ministro.

Brasília-DF, 18 de março de 2026

Marinho falou sobre o tema em um encontro no Sescon-SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado) e outros sindicatos patronais do setor de serviços.

O setor apresentou como uma das principais preocupações a necessidade de protocolos específicos para determinar se os problemas psicossociais dos trabalhadores foram causados pelo trabalho ou por questões pessoais - algo mais fácil de se verificar em casos de riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos.

No fim do encontro, contudo, o ministro abriu para alguma negociação. "Estou aberto a repensar a entrada em vigor em 26 de maio se a demanda vier organizada", disse ele. "Mas quando adiamos ano passado, não era para as empresas esperarem passar os 12 meses para começarem a se preparar", afirmou o ministro.

Novo manual

Marinho ainda adiantou que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) editou um novo manual com orientações mais específicas que deve ser publicado em breve e que as áreas técnicas do ministério estão à disposição para resolver as dúvidas do setor.

A Fundacentro, fundação de pesquisa ligada ao ministério, também elaborou um material sobre os riscos psicossociais que será publicado na próxima semana, segundo o presidente da entidade José Clovis da Silva.

6x1

O ministro falou também sobre a discussão sobre o fim da escala 6x1. Marinho defendeu a redução imediata da jornada de trabalho máxima para 40 horas semanais com duas folgas semanais, com a forma como isso será organizando sendo discutida diretamente entre as empresas ou sindicatos patronais e os sindicatos laborais.

Segundo Marinho, o governo não acredita que seja factível discutir uma jornada de 36 horas no momento. "Isso é proposta da PEC", afirmou. Ainda disse que como completar a grade de jornada não deve ser matéria de lei, mas de negociação coletiva.

A compensação sobre o impacto dessa mudança em termos de custos deve vir com o aumento da produtividade, disse ele. "Não vai haver compensação fiscal." Para ele, "a experiência mostra que a melhora na produtividade costuma compensar o impacto do custo. Mas quando o trabalhador está feliz, melhora a qualidade do trabalho," afirmou.

O ministro disse também que quem está pautando a discussão sobre a jornada 6x1 é o Congresso. "É do interesse do governo que passe, porque é uma demanda da população. Mas por nós tínhamos pautado ano passado."

Marinho vê a alteração como uma solução positiva. "Toda vez que se cria um ambiente como temos hoje no Brasil, no qual a massa da população começa a rechaçar um tipo de jornada, a mudança traz uma melhora", afirmou.

Trabalho em feriados

O ministro disse que houve um grande desentendimento sobre a questão do trabalho em feriados.

Entrou em vigor agora em março de 2026 uma portaria do MTE de 2023 (3.665/23) determinando que o trabalho em feriados no comércio precisa ser autorizado em convenção coletiva.

"A história do trabalho em feriado é uma insanidade das empresas", afirmou o ministro. "O que havia era determinação que o trabalho é autorizado de segunda a segunda, mas não havia nada sobre feriado ser autorizado automaticamente."

Fonte: Jota

